

Dados abertos em cidades inteligentes: uma análise da fronteira entre acesso e privacidade

Laura Vilela Rodrigues Rezende¹, Sonia Aguiar Cruz-Riascos², Amanda Caroline Teles Rodrigues³

¹ [0000-0002-8891-3263](mailto:lauravil.rr@gmail.com), Universidade Federal de Goiás, Goiânia – Goiás - Brasil.
lauravil.rr@gmail.com

² 0000-0003-1170-548X, Universidade Federal de Pernambuco, Recife – Pernambuco - Brasil.
sonia.cruzriascos@gmail.com

³ [0000-0003-4581-1213](mailto:amanda.carol.teles@gmail.com), Universidade Federal de Goiás – Brasil. amanda.carol.teles@gmail.com

As reflexões sobre a abertura dos dados em projetos de cidades inteligentes são consideradas relevantes no contexto da evolução da chamada Sociedade da Informação. As Cidades Inteligentes em geral são caracterizadas pela presença relevante de Tecnologias da Informação e Comunicação na oferta de produtos e serviços públicos em variados segmentos. Cidades que possuem um projeto base para análise de indicadores, ou mesmo que buscam inovar e propor melhoria na vida dos cidadãos podem ser consideradas precursoras de inteligência no tocante à utilização de tecnologias para gerar eficiência em seus serviços. Este estudo buscou considerar aspectos ligados às questões de transparência e privacidade, para verificar como os dados são tratados em projetos de cidades inteligentes, ou seja, como tem sido a governança de municípios com projetos de cidades inteligentes no tocante à abertura dos dados e como estas iniciativas lidam com a privacidade dos dados de seus cidadãos. Além disso, o estudo considera e analisa dois rankings como modelos e conjunto de indicadores para que se possa considerar uma cidade como “inteligente”. O estudo destaca ainda a abertura dos dados e privacidade dos cidadãos no tocante à esfera governamental brasileira, analisando alguns marcos legais relevantes: a Lei de Acesso à Informação (lei 12.527/2011) e a Lei Geral de Proteção de Dados (lei 13.709/2018). O município de Aparecida de Goiânia, segunda maior cidade do estado de Goiás (Brasil) com 550 mil habitantes, possui um projeto de Cidade Inteligente em andamento desde o ano de 2017 e foi escolhido como o estudo de caso. Os dados foram coletados por meio de entrevista, que possibilitou conhecer as características do projeto, do ponto de vista previamente definido pelo referencial teórico. O projeto de cidade inteligente de Aparecida de Goiânia possui os seguintes indicadores: **Cidade digital:** Infraestrutura voltada para conectividade junto aos órgãos públicos, a população com políticas de uso e segurança do sistema; **Governança digital:** Sistema de geração e visualização de dados voltados ao governo municipal; **Cidade ambiental:** Ações voltadas para o meio ambiente do município, gerando maior qualidade de vida. **Minha cidade:** Propõe modelos de planejamento e regulação urbana, incluindo ações com a comunidade geral e demais segmentos específicos. **Cidade segura:** Propõe ações de prevenção e combate à violência e criminalidade. Implantação de cultura e paz. **Cidade empreendedora:** Indica ações de implementação de cultura empreendedora e de inovação, voltadas para a capacitação, novos negócios e produtos, com foco em economia criativa. Diante dos dados coletados, é possível afirmar que a prefeitura de Aparecida de Goiânia com seu projeto de cidade inteligente valoriza a abertura

dos dados governamentais e considera a privacidade de seus cidadãos na concepção do projeto, além de prever o incremento na infraestrutura de rede e armazenamento de dados e aspectos ligados à guarda dos dados para livre acesso. Como considerações finais foi possível concluir que, embora se tenha investigado qualitativamente um caso específico, as cidades inteligentes possuem características distintas para uma evolução eficiente da sociedade garantindo métodos capazes de proteger as informações dos cidadãos sem que percam o acesso.

Palavras-chave: Cidades Inteligentes. Dados abertos. Privacidade de dados. Transparência. Governança. Cenário Brasileiro. Aparecida de Goiânia.